

DESTAQUES DA SEMANA

11/04/2022

Câmara dos Deputados

Devido ao feriado nacional da Semana Santa, a Câmara fará esforço concentrado realizando sessões hoje, segunda-feira (11), terça (12) e quarta (13). Na pauta do *Plenário*, os seguintes itens:

Proposta de Emenda à Constituição nº 13/21 (PEC) que libera estados e municípios, em 2020 e 2021, de cumprirem o mínimo previsto na Constituição de investimentos em educação.

Medida Provisória nº 1076/21 que prevê o benefício extraordinário que aumenta o valor do programa Auxílio Brasil para R\$ 400 reais com repasse a famílias de baixa renda.

Medida Provisória nº 1075/21 que permitirá mudanças nas regras do Programa Universidade para Todos (Prouni) para garantir a oferta de bolsas pelas faculdades privadas aos alunos vindos de escolas particulares sem bolsa.

Medida Provisória nº 1077/21 cria o Programa Internet Brasil para promover o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos alunos da educação básica da rede pública de ensino pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Projeto de Lei nº 4576/21, do Senado, que regulamenta o funcionamento das associações de municípios, permitindo a elas representarem seus associados perante a Justiça e outros organismos em assuntos de interesse comum.

Senado Federal

O Senado Federal terá votação em Plenário apenas na terça-feira, 12 de abril. Na pauta do *Plenário*, os seguintes itens, entre outros:

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 634/2022 que trata da alienação parental, a qual ocorre quando o pai ou a mãe toma atitudes para colocar a criança ou o adolescente contra o outro genitor.

Projeto de Lei nº 2.099/2019 que torna obrigatória a inclusão das informações sobre o desaparecimento no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Na pauta da Comissão da Transparência (CTFC), o **Projeto de Lei do Senado nº 68** que altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votará o **Projeto de Lei nº 3.972/2019**, que exige a identificação do Cadastro de Pessoa Física (CPF) de quem aposta em loterias da Caixa Econômica Federal.

Fontes: Câmara dos Deputados e Senado Federal